

John Micklethwait e Adrian Wooldridge

A QUARTA REVOLUÇÃO

A corrida global para reinventar o Estado

TRADUÇÃO

Afonso Celso da Cunha Serra



Copyright © John Micklethwait and Adrian Wooldridge, 2014

Todos os direitos reservados.

A Portfolio-Penguin é uma divisão da Editora Schwarcz S.A.

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

PORTFOLIO and the pictorial representation of the javelin thrower are trademarks of Penguin Group (USA) Inc. and are used under license. **PENGUIN** is a trademark of Penguin Books Limited and is used under license.

TÍTULO ORIGINAL The Fourth Revolution — The Global Race to Reinvent the State

CAPA Mateus Valadares

PREPARAÇÃO Juliana Cunha

ÍNDICE REMISSIVO Probo Poletti

REVISÃO Marise Leal, Carmen T. S. Costa e Adriana Bairrada

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (cip)
(Câmara Brasileira do Livro, sp, Brasil)

Micklethwait, John

A quarta revolução: a corrida global para reinventar o Estado / John Micklethwait e Adrian Wooldridge ; tradução Afonso Celso da Cunha Serra. — 1^a ed. — São Paulo: Portfolio-Penguin, 2015.

Título original: The Fourth Revolution: The Global Race to Reinvent the State.

ISBN 978-85-8285-007-7

1. Ciência política — História 2. Estado 3. Estados Unidos — Política e governo — 1989 — 4. Hobbes, Thomas, 1588-1679 — Visão política e social 5. Mill, John Stuart, 1806-1873 — Visão política e social 6. Mudança social 7. Política mundial — 1989 — 8. Webb, Beatrice, 1858-1943 — Visão política e social I. Wooldridge, Adrian. II. Título.

15-004451

cdd-320.1

Índice para catálogo sistemático:

1. Estado : Ciência política 320.1

[2015]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORAS SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone (11) 3707-3500

Fax (11) 3707-3501

www.portfolio-penguin.com.br

atendimentoaoeditor@portfolioipenguin.com.br

SUMÁRIO

Introdução 9

I. Três revoluções e meia 31

1. Thomas Hobbes e a ascensão do Estado nacional 33
2. John Stuart Mill e o Estado liberal 51
3. Beatrice Webb e o Estado de bem-estar social 67
4. O paraíso perdido de Milton Friedman 82

II. Do Ocidente para o Oriente 101

5. Os sete pecados mortais — e uma grande virtude — do governo da Califórnia 103
6. A alternativa asiática 130

III. Os ventos da mudança 163

7. O lugar onde o futuro aconteceu primeiro 165
8. Consertando o Leviatã 183

9. Para que serve o Estado? 213

Conclusão. O déficit democrático 239

Agradecimentos 259

Notas 261

Índice remissivo 275

I
Três revoluções e meia

1

Thomas Hobbes e a ascensão do Estado nacional

POR QUE O OCIDENTE FICOU À FRENTE DO RESTO DO MUNDO nos últimos trezentos anos? E por que a Europa Ocidental, mera península no extremo oeste do supercontinente eurasiano, foi tão desbravadora a ponto de conseguir se distinguir no mundo moderno? Os historiadores têm procurado a resposta para essas perguntas nas mais diversas fontes, desde o Direito Romano, que reconhecia a propriedade privada, até a religião cristã, que fomentava o universalismo moral. Grande parte da resposta, porém, reside na máquina estatal.

Uma narrativa completa de como o Ocidente assumiu a liderança na arte de governar seria um trabalho monumental. Samuel Finer tentou fazer uma obra assim. Quando o autor morreu, o livro de 1701 páginas¹ ficou inconcluso. Neste livro, resistimos à tentação de abranger tudo sobre o assunto e tentamos focar nas três grandes reinvenções que redefiniram o Estado ocidental, analisando-as sob o prisma de três grandes pensadores: Thomas Hobbes (anatomista do Estado nacional que também pavimentou o caminho para o Estado liberal), John Stuart Mill (filósofo do Estado liberal que também preconizou o Estado de bem-estar social) e Beatrice Webb (madrinha do Estado de bem-estar social, que também personificou seus excessos). No ca-

pítulo 4, examinamos a meia revolução contra o governo, liderada por Milton Friedman, cujas ideias influenciaram Ronald Reagan e Margaret Thatcher. Esses pensadores ocuparam diferentes posições no espectro da teoria à prática. Hobbes queria desenvolver uma filosofia da política. Os Webb pretendiam mudar o mundo. Mill e Friedman ficaram no meio do caminho: escreveram trabalhos profundos sobre economia política, mas também desempenharam papel ativo na política partidária, Mill como membro do Parlamento e Friedman como assessor de presidentes e de primeiros-ministros. A teoria filosófica de Hobbes, porém, acabou exercendo profundo impacto sobre a natureza do Estado, enquanto o ativismo implacável dos Webb baseava-se em fundamentos filosóficos firmes. E todos os quatro (ou quatro e meio, se contarmos Sidney como meio) propuseram respostas totalmente diferentes para a questão central deste livro: para que serve o Estado?

Não nos desculpamos, portanto, pelo fato de nos concentrarmos em pensadores. Desculpamo-nos, porém, pelo fato de os primeiros três serem britânicos enquanto o quarto está atrelado a um primeiro-ministro britânico. A Inglaterra fornece a espinha dorsal dessa parte de nossa história, tendo sido pioneira de muitas de suas ideias, boas e más. Nenhum outro país oferece melhor exemplo das reviravoltas do Estado ocidental nos últimos quatrocentos anos.

O nascimento do “Leviatã”

Ditar o surgimento de toda grande mudança é complicado. Virginia Woolf salientou isso em seu ensaio sobre o advento do modernismo:

Em (ou por volta de) dezembro de 1910, a natureza humana mudou. Não estou dizendo que alguém saiu, como se sai de casa para o jardim, e lá viu que uma rosa florescera, ou que uma galinha pusera um ovo. A mudança não foi assim tão súbita e perceptível. A mudança, entretanto, ocorreu e, como é preciso ser arbitrário, vamos datá-la por volta de 1910.²

Da mesma maneira, digamos que maio de 1651 foi o momento em que o pensamento político mudou,³ pois foi quando Thomas Hobbes publicou o seu livro *Leviatã* — e foi com a publicação de *Leviatã* que nasceu o conceito moderno de Estado nacional.

Hobbes não foi o primeiro a basear sua teoria política em uma visão obstinada e empírica da natureza humana: essa honra pertence a Nicolau Maquiavel. Tampouco foi o primeiro a aplicar o raciocínio dedutivo: seu precursor foi Tomás de Aquino. Ele sequer foi o primeiro a focar o conceito de Estado nacional, em vez do de cidade-Estado ou Cristandade: isso remonta a Jean Bodin. Hobbes, porém, foi o primeiro a reunir esses três conceitos em um único volume e a acrescentar a ideia explosiva de um contrato social entre governante e governados. Se o Estado moderno é um dos grandes produtos da engenhosidade humana, sua ata de fundação consta em um documento específico, o *Leviatã*.

A ideia central do *Leviatã* é a de que o dever primordial do Estado consiste em garantir a lei e a ordem. Este é o bem público supremo — aquele que resgata o ser humano da miséria e possibilita a civilização. Hobbes chegou a essa conclusão por meio de um raciocínio lógico irrepreensível: ele desconstruiu a sociedade e observou as partes que a compõem da mesma forma que um mecânico desmonta um carro para compreender seu funcionamento. Para isso, ele se perguntou como seria a vida em um “estado de natureza”. Hobbes não se deteve na ideia aristotélica de que o homem é, por natureza, um animal social. Pelo contrário, ele achava que o ser humano era, por natureza, uma partícula de ego impulsionada ora pelo medo, ora pela ganância. Hobbes tampouco fez concessões à noção feudal de que o ser humano desempenha papéis sociais predeterminados, fadado pela natureza a dar ordens, se afortunado, ou a labutar nos campos, se desafortunado. As motivações do ser humano para associar-se uns com os outros não são nem afeições pessoais nem afiliações de classe, mas sim o medo e a busca por segurança. No estado natural de Hobbes, os seres humanos estão sempre tentando explorar uns aos outros, enleados em “guerra de todos contra todos” e condenados a uma vida “sórdida, brutal e curta”. A visão de Hobbes da natureza humana “não era um retrato realis-

ta do ser humano, com verrugas e tudo. Era um retrato somente das verrugas”,⁴ observou certa vez George Will, um jornalista americano conservador.

A única maneira de evitar uma guerra civil perpétua, argumentava Hobbes, é renunciar ao direito natural à liberdade plena e submeter-se a um soberano artificial: um Estado cuja função é manejar o poder, cuja legitimidade emana da eficácia, cujas opiniões são verdadeiras e cujas ordens são justas. Um Big Brother com túnica de filósofo. Não há espaço para oposição a esse “Leviatã”; isso implicaria um risco de retrocedermos às “misérias da vida sem governo”. O único direito que o indivíduo preserva é o de salvar sua própria vida em circunstâncias extremas, pois, considerando que o propósito do Estado é proteger a vida, não se pode permitir que o Estado mate.

Apesar de todo o rigor lógico, o raciocínio de Hobbes também foi emocional, fruto de suas experiências pessoais. Ele mais do que ninguém sabia como uma vida ordenada podia facilmente descambiar para a barbarie e para o caos. Hobbes nasceu prematuro, em 1588, quando a mãe estava aterrorizada e fora de si pela combinação de uma tempestade violenta e dos boatos de que a Armada Espanhola havia chegado. (Em sua autobiografia, Hobbes escreveu que “àquela altura, minha mãe se deixara dominar por tal pavor que deu à luz gêmeos, eu e, junto comigo, o medo”.)⁵ O pai era um clérigo com pouca instrução que servia em uma das paróquias mais pobres de Wiltshire e passava mais tempo na taberna do que na Igreja. Em dado momento, ele se viu obrigado a fugir.⁶ A Inglaterra elisabetana sempre estava sob ameaça (vide o caso da armada de Filipe II) e a paranoíta alastrada pelo conflito religioso prosseguiu sob o regime de Jaime I (vide o caso da Conspiração da Pólvora, em 1605). Em 1640, o regime autocrático, porém falido, dos Stuart quebrou. A guerra civil subsequente entre Charles I e seus adversários puritanos no Parlamento acabou em regicídio e ditadura, matando mais britânicos proporcionalmente do que a Primeira Guerra Mundial. Entre as baixas fatais estava Sidney Godolphin, um dos melhores amigos de Hobbes e irmão do homem a quem ele dedicou seu livro.

Hobbes enfrentou as incertezas da vida aliando-se a patronos poderosos. Pouco depois de formar-se em Oxford (onde, segundo ele mesmo,

passava o tempo capturando gralhas em arapucas com pedaços de queijo em vez de estudar), conseguiu emprego como professor particular da família Cavendish, que lhe proporcionou acesso a um estilo de vida aristocrático com direito a caçadas, criação de aves de rapina e a acompanhar seu pupilo, William Cavendish, em suas viagens. Com efeito, foi em uma excursão ao exterior, em 1628, que Hobbes, então com quarenta anos, pegou um exemplar do livro *Geometria*, de Euclides (hoje intitulado *Elementos*), e o abriu na proposição 47, um enigma geométrico conhecido como teorema de Pitágoras ainda hoje tido em alta conta pela maçonaria. O enigma consiste em três quadrados com um triângulo no espaço vazio entre eles. “Meu Deus”, exclamou Hobbes, “isso é impossível.”⁷ Já era, fora fisgado. O dilettante extraviado converteu-se em filósofo em tempo integral. “O enorme prazer que o estudo me dá supera todos os outros apetites”,⁸ escreveu.

Desde o começo, as ideias de Hobbes eram controversas e, portanto, perigosas. Era um monarquista com ideias heréticas sobre a fonte da legitimidade da monarquia e um absolutista com certo apreço por ideias subversivas. Em 1640, já tendo vivido uma década a mais que a média dos ingleses, Hobbes fugiu da Inglaterra para Paris, onde passou os onze anos seguintes ganhando a vida como tutor de monarquistas exilados, inclusive do mais nobre deles, o futuro Charles II. Por fim, quando finalmente publicou o *Leviatã*, em 1651, teve de fugir de volta para a Londres de Oliver Cromwell já que seu desprezo óbvio pela religião o segregara de muita gente da corte. Hobbes só ficou seguro quando Charles II recuperou o trono, em 1660, e adotou seu antigo tutor queridinho, perdoando-o pelo flerte com Cromwell e pelas farpas anticlericais, provendo-o com uma generosa pensão de cem libras por ano e concedendo-lhe “livre acesso à sua majestade”.

À primeira vista, grande parte do *Leviatã* parece completamente alheia a nossa época — um livro que dá a impressão de justificar o poder absolutista, escrito por um fugitivo numa época em que a vida era selvagem e curta. Mas não se iluda, a relevância duradoura dessa obra emana da mesma fonte de que brota seu potencial divisório. O *Leviatã* é um documento essencialmente moderno.

Hobbes foi o primeiro teórico político a construir seus argumentos com base no princípio do contrato social. Ele não tinha tempo para o arrazoado monárquico de que o poder era produto do direito divino ou da sucessão dinástica e sustentava que o Leviatã podia assumir a forma de um parlamento, tanto quanto de um soberano, e que a essência do Leviatã residia no Estado nacional, em vez de no conjunto de territórios familiares. Os atores centrais do mundo de Hobbes são indivíduos racionais que tentam estabelecer um equilíbrio entre seu anseio por liberdade e seu medo da destruição, e que o fazem por meio de um contrato social: abrem mão de direitos menores a fim de garantir o direito maior, o da autopreservação. O Estado, em última instância, é feito para os súditos, não os súditos para o rei: o frontispício do *Leviatã* apresenta um rei poderoso, um mosaico de milhares de minúsculos homens.

Hobbes deixou um espaço surpreendente para a liberdade individual.⁹ O soberano pode ter o direito de legislar sobre o que lhe aprouver. Direito, porém, não implica dever nem preferência: os soberanos sensatos governavam com brandura e agiam como que sujeitos às restrições de uma ordem constitucional. Os governos não precisavam dizer às pessoas a que trabalho deveriam dedicar-se. As pessoas se organizariam de maneira espontânea para evitar a inanição. Hobbes argumentava que o Estado precisava oferecer dois tipos de assistência às sociedades comerciais: leis, para ajustar as transações de negócios e para evitar fraudes, e um mínimo de bem-estar social, para cuidar dos indivíduos incapazes.

Para os monarquistas, Hobbes também era perigosamente igualitário. O “estado da natureza” era como ácido aplicado sobre a hierarquia social: alguns homens podiam ter títulos mais importantes e roupas mais elegantes que outros, mas no estado da natureza todos eram mais ou menos iguais. O mais fraco podia matar o mais forte, caso agisse com astúcia. Hobbes também era um materialista consumado e rejeitava qualquer justificativa religiosa para o status quo. “O universo é corpóreo”, escreveu no *Leviatã*; “tudo o que é real é material, e o que não é material não é real”. A legitimidade do Estado dependia de sua capacidade de promover os interesses materiais do homem: tudo o mais não passava de mera ilusão.

Hobbes também era moderno em seu método. Desde aquele breve encontro com Euclides, tentou basear sua teoria política em raciocínio científico — na dedução matemática, mais especificamente — em vez de usar o empirismo casuístico de Maquiavel. “Erguer e preservar uma nação é uma tarefa que consiste na observância de certas normas de aritmética e geometria”, disse, “não é como no jogo de tênis, que se resolve somente na prática.” O propósito do *Leviatã* não era dar conselhos aos cortesãos, como tinham feito Maquiavel e seu contemporâneo Castiglione, mas formular uma teoria da política do mesmo modo que os melhores cientistas desenvolveram uma teoria da matéria ou do movimento. O resultado foi profundamente inconveniente. A preferência de Hobbes pela lei e ordem o converteram em inimigo das forças parlamentares, enquanto seu entusiasmo pelo contrato social e pelo secularismo o transformaram em adversário da causa monárquica. Pouco depois da morte de Hobbes, no leito, com a idade de 91 anos, sua antiga universidade condenou seus escritos como subversivos e os incinerou no pátio interno da Biblioteca Bodleiana. Hoje, no entanto, é mais fácil que o *Leviatã* seja condenado como apologia da opressão do que como subversivo: o escultor Anish Kapoor dedicou seu gigantesco trabalho em PVC, *Leviathan, Monumenta 2011*, ao dissidente chinês Ai Weiwei. Na campanha presidencial americana de 2012, o libertário Ron Paul publicou um anúncio ridicularizando o *Leviatã*. A peça incluía uma fotografia do famoso frontispício do livro e indagava que tipo de “contrato social” justificava que um homem governasse todos os demais — presume-se que o presidente Paul seria exceção a esse conceito tão repreensível.

Construindo o Leviatã

Quando Hobbes publicou o *Leviatã*, a Inglaterra não estava sozinha no flagelo das guerras civis. “Vivemos dias de agitação”, Jeremiah Whitaker, pregador inglês, advertiu em 1643, “e essa agitação é universal: Palatinado, Boêmia, Alemanha, Catalunha, Portugal, Irlanda...”¹⁰ Na primeira metade do século XVII, apenas um ano (1610) não assistiu a guerras

entre Estados europeus. Na segunda metade do século, apenas dois anos (1670 e 1682) passaram sem guerras. Durante a brutal Guerra dos Trinta Anos — o nome por si só já causa espanto — a população germanófona diminuiu em cerca de 25% a 40% (os números variam entre áreas urbanas e áreas rurais), algo entre 6 e 8 milhões de pessoas.

As civilizações mais avançadas se situavam todas no Oriente. Pequim era a maior cidade do mundo, com mais de 1 milhão de habitantes. Nanquim, a segunda maior, chegava perto disso. Outras seis cidades chinesas tinham mais de 500 mil habitantes; dezenas de outras, mais de 100 mil. A Índia tinha três cidades com mais de 400 mil habitantes e nove com mais de 100 mil. Istambul abrigava 800 mil habitantes. Apenas três cidades europeias — Londres, Nápoles e Paris — reuniam, cada uma, mais de 300 mil habitantes e somente dez tinham mais de 100 mil habitantes.¹¹ Os visitantes europeus ficavam estupefatos com o gigantesco Império Otomano e com sua admirável capital, situada no Bósforo. Suleiman, o Magnífico (que reinou de 1520 a 1566), permitiu-se uma pequena licença poética ao acrescentar “Senhor da Europa” à sua lista de títulos cada vez mais longa que incluía “Soberano dos Soberanos, distribuidor de coroas aos monarcas do globo, sombra de Deus na Terra”.¹² O Império Otomano era parte de um arco de países islâmicos que se estendia da Turquia e do mundo árabe aos Balcãs, África, Índia, Sudeste Asiático e noroeste da China, apequenando a Cristandade.¹³ A China Imperial era ainda mais avançada. O Reino do Meio tinha mais ou menos o mesmo tamanho da Europa, mas era unificado por um vasto sistema de canais que conectava os grandes rios aos vários centros populacionais. Um país cuja geografia era pelo menos tão diversificada quanto a da Europa, com estepes e florestas tropicais, plantações de arroz em socalcos e picos himalaicos, era governado por um único soberano, o “filho do céu”. Os mapas mundiais chineses mostravam o Reino do Meio cercado por Estados vassalos e em seguida por bárbaros, cujos países não mereciam sequer ser nomeados.

“Pensávamos que o conhecimento residisse em nossa parte do mundo”, escreveu Joseph Hall, em 1608, depois de uma viagem à China. “Eles riram de nós quando dissemos isso, afirmando que, no mundo

inteiro, eles eram o único povo que tinha os dois olhos. Para eles, os egípcios tinham um olho só e todo o resto do mundo estava imerso na cegueira total.”¹⁴ A China funcionava em uma escala mais ampla que a Europa. O Distrito Imperial de Pequim tinha 300 mil habitantes entre membros da família imperial, burocratas, eunucos, guardas, mercadores e outros agregados. A Armada Espanhola que tanto apavorara a sra. Hobbes não era nada se comparada às “Frotas do Tesouro” com as quais o almirante Zheng He chegou à Índia, ao Chifre da África e ao estreito de Hormuz, no começo do século xv.¹⁵ E as tentativas de sistematizar o conhecimento ocidental feitas no século xvii e que tanto fascinaram Hobbes empalidecem diante do “compêndio do conhecimento”, uma iniciativa do imperador Ming Yongle (1360-1424) que contou com o trabalho de ao menos 2 mil sábios e rendeu mais de 11 mil volumes. Durante séculos, o compêndio continuou sendo a maior enciclopédia do mundo, até ser superado pela Wikipedia, em 2007.

Durante a vida de Hobbes, contudo, o equilíbrio do poder mudou drasticamente. Em 1683, quatro anos após sua morte, os turcos foram forçados a levantar o segundo cerco de Viena e contraíram a infecção que os converteu no povo doente da Europa. As potências asiáticas pareciam ainda mais introvertidas. O Japão isolou-se do resto do mundo e mergulhou em uma contemplação indulgente de seu próprio umbigo. O Império Mogol da Índia degenerara em prostração tão profunda que, no século seguinte à morte de Hobbes, poucos milhares de empregados da Companhia das Índias Orientais foram capazes de conquistá-lo. As explorações de Zheng He marcaram o apogeu da grandeza pré-moderne da China: a partir de 1433, quando o imperador proibiu novas excursões ao exterior e ordenou a destruição de todos os navios oceânicos e os registros das realizações do almirante, o país mais poderoso do mundo se afundou em introspecção.

Por outro lado, os novos Estados nacionais europeus lançavam sementes no além-mar. Aventureiros europeus faziam incursões mundo afora: ingleses, franceses e holandeses, na América do Norte; espanhóis e portugueses, na América do Sul. Cientistas europeus vasculhavam o firmamento. Navios europeus cruzavam os mares. Empresas europeias dominavam a Índia e o Extremo Oriente. Em 1500, só um louco apos-

taria que o futuro pertencia à Europa. Em 1700, só um louco apostaria que o futuro pertencia a qualquer outro povo.

O segredo da Europa era que seus Estados haviam encontrado um ponto de equilíbrio: eram poderosos o bastante para garantir a ordem, mas lépidos o suficiente para permitir a inovação. Os príncipes do continente aos poucos submeteram centros de autoridade rivais, como a nobreza e o clero, aos seus próprios reinos. O grau de subordinação variava de um país para outro. Os Estados protestantes transferiram o halo de santidade do papa para o rei. Mas a sucessão dos monarcas católicos, começando com Fernando e Isabel, da Espanha, e Francisco I, da França, também logrou em constituir igrejas quase nacionais. Os franceses fizeram mais que qualquer outro país para transformar seus aristocratas em animais de estimação do rei. Em todo o mundo, porém, reforçava-se a tendência de que os reis promovessem burocratas poderosos (Thomas Cromwell, na Inglaterra; Cardeal Richelieu, na França; o Conde-Duque de Olivares, na Espanha), que expandiam o poder do governo central desenvolvendo máquinas arrecadadoras mais eficientes e racionalizando o emaranhado de tributos, regulamentos e restrições locais que caracterizavam a Europa medieval.

Desse modo, a Europa conseguiu superar o problema que levou a civilização indiana à letargia: um Estado tão fraco — ou tão “brando”, na expressão de Gunnar Myrdal — que a sociedade inexoravelmente se dissolvia em principados que acabavam sendo usurpados e saqueados por invasores mais poderosos, fossem eles muçulmanos ou britânicos. Ao mesmo tempo, mesmo os monarcas europeus mais poderosos não chegavam aos pés do imperador chinês, cuja vasta burocracia (composta das pessoas mais brilhantes do país, escolhidas em seleções rigorosas) não enfrentava oposição da aristocracia rural ou das classes médias urbanas.

Na prática, os príncipes europeus não tinham escolha senão compartilhar o poder com os poderosos de cada região. Desde que concordassem em não desafiar o poder do monarca, esses dignitários, representantes de instituições subalternas como cidades, corporações ou nobreza, desfrutavam de considerável autonomia. Embora o autocrático Luís XIV tenha proclamado “*l'état, c'est moi*” (“o Estado sou eu”), muitos outros monarcas passaram a se enxergar como servos do Estado,

mais ou menos como Hobbes recomendara. Frederico, o Grande, que um dia descreveu a coroa como um simples “chapéu que deixa a chuva passar”, via o governante como “a primeira pessoa” do Estado: “Ele é bem remunerado para manter a dignidade do cargo, mas em troca deve trabalhar com eficácia pelo bem-estar do Estado”.¹⁶ Os governos europeus abraçaram a ideia do exercício da lei em lugar do arbítrio do capricho: “*non sub homine sed sub Deo et lege*” (“Não à mercê do homem, mas de Deus e da lei”). Eles também toleravam a existência de instituições representativas, como estamentos e parlamentos, instituições que de tempos em tempos eram submetidas a rigorosas provações, como quando os monarcas tentavam acumular cada vez mais poder, mas que, entretanto, sobreviviam e ressurgiam para reafirmar seus direitos e interesses.

Os Estados nacionais europeus também conseguiram conter o problema que ameaçava dilacerá-los durante a primeira metade da vida de Hobbes: as guerras religiosas. A Paz de Vestfália, em 1648, não só determinou o fim da sangrenta Guerra dos Trinta Anos como estabeleceu novo e radical princípio que passaria a reger os assuntos europeus: *cuis regio eius religio* (Tal princípio, sua religião). Os príncipes eram soberanos e podiam decidir que religião seria seguida em seu reino, mas não tinham o direito de interferir nos assuntos religiosos de outros reinos. Esse tratado de paz finalmente firmado estabeleceu a doutrina da razão de Estado como princípio norteador da diplomacia europeia. As guerras religiosas, evidentemente, continuaram a assolar a Europa. A Guerra Civil Inglesa não terminou até a volta de Carlos II, em 1660, e um legado dessa época, a disputa entre protestantes e católicos na Irlanda, fumega até hoje. Os conflitos sectários, porém, já não eram o elemento central da política internacional europeia. Em vez de buscar difundir a verdade religiosa além-fronteiras, os Estados nacionais europeus se empenharam em competir entre si pela supremacia secular.

Ao longo dos séculos, os governos europeus se consolidaram dramaticamente, passando de cerca de quatrocentas entidades soberanas no fim da Idade Média para cerca de 25 no começo da Primeira Guerra Mundial.¹⁷ Nenhum Estado isolado, porém, era poderoso o bastante a ponto de tornar-se hegemônico em toda a região, como fizeram os

turcos e os chineses. Em vez disso, os governantes europeus lutavam incessantemente pela supremacia, concentrando seu foco na política e no desenvolvimento econômico.

A busca de segurança impulsionou a inovação. Os chineses se auto-denominavam o Reino do Meio; os monarcas europeus tinham a dolorosa consciência de que estavam cercados por inimigos reais e potenciais. Por isso, construíram máquinas militares, adaptando rapidamente a pólvora para fins bélicos enquanto os chineses a usavam para entretenimento. Converteram seus navios veleiros em “fortalezas flutuantes, cercadas de baterias de canhões de disparo rápido”, ao passo que os chineses acabaram descartando seus navios de guerra. Se é verdade que “a guerra fez o Estado e o Estado fez a guerra”,¹⁸ como disse Charles Tilly, os europeus fizeram a guerra e, portanto, o Estado, melhor que ninguém. Os europeus também desenvolveram máquinas diplomáticas que mantinham em constante observação o que acontecia em outros países. A competição interna levou os países a procurar superar uns aos outros não só na pequena cabine de comando europeia, mas também no alto-mar. Os galeões europeus conquistaram a América do Norte e a América do Sul e constituíram vastos impérios comerciais que se estendiam da Índia ao Sudeste Asiático.

A Europa superou seus rivais no comércio, na tecnologia e nas instituições, assim como na guerra. Os governos precisavam de dinheiro para pagar todos os soldados e marinheiros, e a disponibilidade de numerário dependia, em última instância, da saúde da economia — ou, como disse Sir Josiah Child, comerciante e político inglês do século XVII, “lucro e poder devem ser considerados em conjunto”.¹⁹ Nessa área, os ingleses definiram o ritmo e o resto da Europa seguiu: os soldados e marinheiros britânicos não só venceram a maior parte dos conflitos territoriais como também ajudaram seus conterrâneos do comércio a expandir seus negócios para mercados cada vez mais distantes. Os ingleses constituíram a maioria das primeiras sociedades limitadas (graças às suas ligações com a família Cavendish, Hobbes era membro de duas delas, a Virginia Company e a Somer Islands Company).²⁰

Essas ideias por vezes promoveram políticas mercantilistas: até a Inglaterra, país que, em geral, mais defendia o livre-comércio entre as

grandes potências, garantiu condições monopolistas à Companhia das Índias Orientais, no leste da Índia, com todo o respaldo da Marinha Real, pois acreditava que o comércio seria capaz de expandir o poder nacional. O mercantilismo europeu, contudo, geralmente se escorava no direito de propriedade, inclusive em patentes, em vez de se deixar levar pelas preferências de um sultão ou pelas veleidades de um imperador. De modo geral, o comércio era muito mais livre na Europa que nos impérios islâmicos ou asiáticos.

Os imperadores chineses se alternavam entre extenuar e assassinar a galinha dos ovos de ouro: ora extraíam enormes impostos do comércio, ora o vetavam completamente, acusando-o de ser uma ameaça à ordem social. Em 1661, o imperador Kangxi ordenou que todos os habitantes da costa sul da China — que desde então já era a região mais comercialmente ativa do país — reassentassem 113 quilômetros terra adentro.²¹ Os burocratas acadêmicos que governaram a China durante mil anos insistiam em controlar aqueles seres inferiores que ganhavam a vida comprando e vendendo mercadorias. Étienne Balázs, grande sinólogo húngaro-germano-francês, argumentava que o “Estado-moloch” e a regulação meticulosa liquidaram qualquer chance da China de competir no longo prazo com a Europa:

Regulam-se o vestuário, as obras públicas e privadas (dimensões das casas); as cores das roupas, as músicas e os festivais — tudo é regulado. Também se impõem regras às aves e à morte; o Estado providencial observa minuciosamente todos os passos dos súditos, do berço ao túmulo. É um regime de papelada e assédio, de papelada sem fim e de assédio sem fim.²²

O orgulho pela superioridade chinesa calcificou-se em falta de interesse pelo resto do mundo. Em setembro de 1792, Jorge III enviou uma delegação comercial à China, sob o comando do lorde George Macartney, que levou numerosos presentes, como telescópios, barômetros, uma carruagem com suspensão a molas e armas de ar comprimido. O imperador chinês Qianlong fez a delegação esperar durante meses e depois, quando finalmente concordou em recebê-la, despachou uma resposta que se tornou famosa pelo desdém:

Nunca valorizamos artigos engenhosos, nem temos a mínima necessidade das manufaturas de seu país. Portanto, majestade, quanto a seu pedido para enviarmos alguém que se estabeleça na capital, além de não harmonizar-se com os regulamentos do Império Celestial, também nos desperta o forte sentimento de que não trará qualquer vantagem para nosso país.²³

A questão ali não era apenas uma indiferença a “artigos engenhosos”, mas também um hermetismo a novas ideias e resistência ao que hoje chamamos de desenvolvimento de novos produtos. Os chineses se destacaram por uma impressionante sucessão de “pioneerismos” (os primeiros relógios e telescópios, para não falar na pólvora, foram feitos lá), mas, reiteradamente, não conseguiram explorar suas próprias invenções. Com efeito, os últimos imperadores se afundaram em um torpor intelectual tão profundo que os missionários jesuítas tiveram de construir telescópios e outros “instrumentos celestiais” para seus anfitriões chineses. Os países islâmicos priorizavam a religião cada vez mais em detrimento da ciência, estimulando o clero a incinerar livros e as escolas a doutrinar os alunos no Alcorão. “No Islã, Deus é César”, certa vez observou Samuel Huntington. “Na China e no Japão, César é Deus; na Ortodoxia, Deus é sócio júnior de César. A separação e os choques recorrentes entre Igreja e Estado, que tipificam a civilização ocidental, não foram vistos em nenhuma outra civilização.”²⁴

A segunda metade do século XVII foi cenário de uma revolução intelectual na Europa. À medida que a nova filosofia lançava raízes, os reis tornavam-se patronos de ideias e a ciência convertia-se em profissão, capaz de, cada vez mais, questionar princípios consagrados.²⁵ Os governantes da Europa se cansaram das ortodoxias religiosas. Também concluíram que não sobreviveriam à competição brutal com os vizinhos se perdessem a corrida intelectual. Começaram, então, a competir pelo mecenato de ideias, tanto quanto haviam disputado a preservação da ortodoxia. A decisão de Carlos II de autorizar a constituição da Royal Society, em 1660, logo virou moda em toda a Europa.

O fermento das ideias científicas foi acompanhado pela levedura das ideias políticas. O *Leviatã* foi uma primeira salva de artilharia no debate político acirrado sobre a natureza do poder. John Locke (1632-

-1704), que se matriculou em Oxford um ano depois da publicação do *Leviatã*, concordou com a ideia de Hobbes de que a sociedade era produto de um contrato social, mas modificou suas opiniões mais aterrорizantes de várias maneiras. Locke achava que o estado da natureza era harmonioso, em vez de horripilante. Deus dotara os seres humanos de talentos e habilidades, e lhes proporcionara um mundo de recursos onde aplicá-los. Locke observou que o Estado era antes a causa que a solução de contendas: a história de todas as sociedades que até hoje existiram foi uma narrativa de guerras e de conflitos resultantes da ambição dos governantes. Na opinião de Locke, o povo delegava poder ao soberano por conveniência, não somente por medo, e devia atribuir muito menos poder ao governo. Por que conferir carta branca ao Estado para tributá-lo e intrometer-se em seus negócios se “a preservação da propriedade é a razão de ser do governo”?, argumentava Locke.²⁶

A Revolução Gloriosa, feita pelos ingleses em 1688, foi a iniciativa europeia mais eficaz para limitar a ambição dos governantes. Jaime II, católico, tentou então recuperar parte dos poderes que o monarca perdia na Guerra Civil. Ele procurou ainda estreitar os laços com a maior potência católica da Europa, a França. A revolução resultou na substituição de Jaime por William de Orange, protestante, casado por conveniência com a filha de Jaime, Mary, que era protestante, mas em termos que limitavam os poderes da coroa. Em fevereiro de 1689, o Parlamento impôs a William uma Declaração de Direitos que listava os “tradicional direitos e liberdades” da nação, e lembrou-lhe que ele precisava do consentimento do Parlamento para lançar impostos, suspender leis ou criar um exército de prontidão. Os direitos de propriedade e a elite de proprietários começavam a preponderar sobre o rei. John Locke, que voltou do exílio com Mary em 1688, apoiava com vigor o novo regime e foi um dos investidores em uma das mais importantes realizações do novo regime: a criação do Banco da Inglaterra, em 1694, que desbravou o caminho para o advento do país como a superpotência financeira mundial.²⁷

A Revolução Gloriosa foi um ponto de virada no desenvolvimento do Estado liberal moderno: eliminou qualquer possibilidade de que a Inglaterra se tornasse um Estado absolutista nos moldes da França, ao

passo que dava espaço aos radicais para queixar-se das extravagâncias do governo britânico.²⁸ Uma boa medida para avaliar o radicalismo britânico no século XVIII é pensar no quanto o Leviatã encolheu nesse período. Para alguns pensadores, essa tendência foi incidental: Adam Smith (1723-90) acreditava que o mercado era o verdadeiro motor do progresso, razão pela qual o Estado deveria manter-se à distância. Seu par escocês, David Hume (1711-76), focou na divisão do poder e no exercício da lei. Um ataque muito mais direto contra o Estado partiu de Thomas Paine (1737-1809), que achava que as pessoas naturalmente cuidariam dos próprios negócios com sensatez, bastando não serem ludibriadas pelos padres nem assediadas pelos governantes. Tanto em *Common Sense* (publicado nos Estados Unidos pouco antes da Revolução Americana) quanto em *The Rights of Man* (publicado na Inglaterra pouco depois da Revolução Francesa), Paine descartou o Estado como parasita. “A sociedade é produto de nossos anseios; e o governo é efeito de nossa maldade; aquela contribui positivamente para a nossa felicidade, interligando nossas afeições; este, contribui negativamente, restringindo nossos vícios”, escreveu ele em um trecho famoso. “A sociedade é sempre uma bênção; mas o governo, mesmo em seus melhores exemplos, não passa de um mal necessário”,²⁹ prosseguiu em outra passagem. Paine considerava que o Estado era basicamente um instrumento para sugar impostos do resto da sociedade e usar a arrecadação para custear as extravagâncias dos ricos e as veleidades da corte.

Em grande parte da Europa, o debate sobre o tamanho do Estado era um espetáculo à parte. Holandeses e escandinavos compartilhavam das preocupações dos britânicos. Alguns liberais europeus faziam ressalvas semelhantes ao exército. A artilharia, no entanto, se concentrou nas questões que considerava mais profundas. Em *Do Contrato Social* (1762), Jean-Jacques Rousseau arrevesou Hobbes argumentando que “o homem nasce livre e é acorrentado por todos os lados”. Para ele, o objetivo da política não devia ser conter o Leviatã, mas garantir seu controle segundo a “vontade geral”. Essas ideias faziam dele um pensador mais democrático que Locke, mas também obscureciam a linha entre liberalismo e totalitarismo, gerando consequências desastrosas. Thomas Carlyle expressou essa questão muito bem ao dizer o seguinte:

a segunda edição de *Do Contrato Social* foi encadernada com a pele dos que riram da primeira edição.³⁰

Essas ideias eram mais que vãs especulações. Paine acreditava que “temos o poder de reconstruir o mundo”,³¹ e no começo do século XVIII, esse parecia ser o caso. Nos Estados Unidos, os Pais Fundadores recorreram à tradição liberal inglesa quando buscaram um paradigma para aquele novo país. Aceitaram a visão de Hobbes de que o homem não era nenhum anjo, mas chegaram à conclusão oposta: em vez de acumular poder nas mãos de um soberano, seria preciso dividir o poder tanto quanto possível, permitindo que os diferentes centros de poder atuassem como freios e contrapesos uns dos outros. Acataram ainda a opinião de Locke de que o maior propósito do governo era proteger o direito dos indivíduos de realizarem seus próprios objetivos — em especial aqueles referentes à vida, liberdade e felicidade, todos eles, evidentemente, ligados à proteção da propriedade. O componente mais inovador do novo Estado americano era a divisão da soberania entre diferentes ramos ou poderes de governo.

Isso era uma coisa realmente inovadora. Os revolucionários americanos produziram a mais perfeita materialização da ideia liberal. A América era “a terra do futuro, onde, nas eras vindouras, se desdobra-rá o fardo da História do Mundo”, como diria G. W. F. Hegel mais tarde. No fim do século XVIII, porém, a América era um país de população esparsa na periferia do mundo civilizado. O centro da civilização ainda era a Europa — e lá a revolta americana foi ofuscada por acontecimento muito mais sangrento.

A Revolução Francesa abalou os alicerces da Europa. Foi um assalto frontal contra os princípios basilares do velho continente: o governo dos reis e dos nobres nos assuntos seculares e do papa e dos clérigos nos assuntos espirituais. Ela proclamou um conjunto de princípios totalmente diferentes, incluindo a ideia de que todos os homens eram iguais e de que todos os argumentos deveriam ser submetidos ao primado da razão. A Revolução Francesa adotou Jean-Jacques Rousseau como filósofo padroeiro da mesma maneira que a Revolução Russa esposou Marx. A *Declaração dos Direitos do Homem e dos Cidadãos*, redigida em 1789, incluía passagens extraídas integralmente da obra-

-prima de Rousseau e uma região inteira de Paris foi rebatizada como “Contrat Social”.

A revolução se espalhou pela Europa, mas mesmo nessa fase de expansão seus princípios fundamentais já haviam sido carcomidos por dentro. A lei da razão degenerou-se em uma lei da guilhotina e o governo do povo descambou para a ditadura dos ideólogos. O Terror de 1792-3, período em que a revolução devorou seus próprios filhos, nas palavras de um dos revolucionários, resultou na busca por uma ordem mais sustentável. Napoleão ungiu-se imperador e concedeu títulos nobiliárquicos a seus irmãos e irmãs. A Restauração Bourbon, em 1815, completou o retorno ao *status quo*. Ao contrário dos congêneres americanos, os revolucionários franceses nunca pensaram em limitar os poderes do Estado, simplesmente decapitaram o *ancien régime* e substituíram reis e nobres por novos funcionários.

Para compreender, pois, a revolução liberal incipiente, contornaremos a América e a França e retornaremos à Grã-Bretanha, centro do império mais poderoso do mundo e vórtice da revolução industrial. Os filósofos britânicos radicais foram em vários aspectos tão extraordinários quanto os arquitetos da Revolução Americana. Eles tomaram um país antigo, incrustado de tradições históricas, e o reconstruíram de acordo com os princípios liberais de eficiência e livre competição. Os liberais vitorianos varreram para longe as restrições à energia individual. Erradicaram todas as anomalias que pudessem inibir a liberdade individual, mormente a liberdade econômica, e incutiram a meritocracia no âmago do governo. Aqui, mais que em qualquer outro lugar, o Estado hobbesiano abriu as portas para seu sucessor muito mais liberal, que, por seu turno, desobstruiu o caminho para o Estado de bem-estar social.

Um vitoriano personificou tudo isso.